

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

REFLEXÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO DE  
AMERICANA:

EVELIN PALUMBO DA SILVA (PUC - CAMPINAS)

WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JR (PUC - CAMPINAS)

# **Reflexões sobre as Transformações do Espaço Público no Centro de Americana: O Calçadão Comercial**

## **Resumo:**

O centro de Americana, cidade média e com perfil industrial do Estado de São Paulo, viveu a partir do final dos anos 70, um permanente e intenso processo de transformação e transfiguração. Os ajustes variaram em escala e intensidade, decorrentes das demandas trazidas pelo desenvolvimento urbano. Algumas transformações como foi o caso do “calçadão” das ruas Fernando de Camargo e 30 de Julho, surgiram como resposta ao conflito existente entre veículos e pedestres, ocasionado pela saturação de circulação num tecido urbano caracterizado por ruas estreitas e atravancadas. A área central possui problemas do âmbito de políticas públicas, como segregação social, falta de preservação dos patrimônios históricos, espaços públicos sub utilizados. Os projetos propostos são executados individualmente, sem um diálogo com o entorno e com a memória histórica dos usuários. A cidade possui uma comissão integrada por profissionais de diversos setores da sociedade, para discutir esses projetos de revitalização para a área central, mas nem sempre os representantes de cada setor conseguem exprimir as expectativas da população. Esta, por sua vez, ao não reconhecer o patrimônio requalificado, acaba por não incorporá-lo em uma nova vivência urbana.



como parte do projeto Shop Centro que visa transformar o núcleo central em um shopping de rua.

Seguiram-se posteriormente, em 2003 a remodelação da praça da Matriz Velha de Santo Antonio, com retirada dos ambulantes, padronização do mobiliário urbano e pintura da igreja, a inauguração da “linha Verde”, um projeto de paisagismo executado na margem esquerda da ferrovia, com dormentes e vegetação, impedindo a visualização e a passagem pelos trilhos, a criação do CONDEPHAM Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Americana e a reforma do prédio da estação dando novo uso ao edifício, que abriga hoje o Centro Cultural. Em 2004 o calçadão comercial existente foi ampliado com a integração de mais uma quadra, totalizando 5 quarteirões de convívio para os pedestres.



**Edifício da Estação Ferroviária – 2005**

Nos projetos atuais de revitalização da área central de Americana, os espaços públicos urbanos estão essencialmente voltados para o lazer, isto é, lugares de dinâmica cultural onde o lúdico faça ressaltar um conjunto de expressões ou rituais, sinônimos do direito à cidade e de usufruto de lugares agradáveis para se viver. O seu ordenamento é visto atualmente como um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano. Um espaço que interesse a todas as pessoas, independentemente do tempo livre e do grau de acessibilidade.

A referência ao conceito de espaços públicos traduz-se, de forma implícita em espaços de livre acesso, e, em Americana os mesmos se caracterizam principalmente como espaços de circulação e convívio, feiras, eventos culturais, manifestações populares e políticas, como comícios, secundando as demais funções do espaço público, como espaços de lazer, recreação e de contemplação. Os espaços de preservação e conservação, como os edifícios históricos, ganharam evidência no contexto urbano porém, embora pertençam à esfera pública, contam hoje com restrição ao acesso e à circulação. São, em geral, os edifícios e equipamentos

públicos, como instituições de ensino, hospitais, centro de cultural, mercado municipal e biblioteca.

Segundo artigos publicados pelo jornal “O Liberal” em 27/08/03 e 02/05/04, em Americana nunca existiu a preocupação histórica, já que grande parte dos patrimônios foram destruídos. A preservação estaria ligada à herança cultural e a ausência de políticas públicas de preservação histórica constitui-se num grave problema. Em pesquisa divulgada pelo jornal, 51% da população de Americana acha que a cidade não preserva nada quanto aos patrimônios históricos. Números seguidos por 29% que consideram que preserva pouco, 12% que acreditam não preservar nem muito nem pouco, 8% crêem preservar muito e 1% preservam em sua totalidade. (Liberal, 2003/ 2004)

Lefebvre em “O Direito a Cidade” diz que a cidade é um espaço de apropriação, valorizando assim, a experiência urbana na cidade. O direito à cidade seria uma utopia e o urbanismo não existiria, mas a arquitetura sim, constituindo-se numa forma do capitalismo se organizar, se apropriando da cidade. Assim como direitos, os usuários tem deveres sobre os espaços e monumentos da cidade.

Lefebvre estuda o espaço no campo e a sua invasão. É contra o organicismo que se refere a cidade como um corpo doente. Critica Le Corbusier por acabar com as ruas, pois para ele a rua é o lugar de encontro, e da vida da sociedade. É na rua que a cidade acontece. É por falta de ruas que os bairros novos tornam-se bairros dormitórios. Mas ao mesmo tempo em que defende as ruas, critica a apropriação do espaço da rua por se tornar um local de passagem e de comércio.

A cidade recebe as características de seus moradores, com seus hábitos, costumes e tradições. Assim, a cidade além de possuir uma morfologia física, é moldada por seus habitantes. Nessa modelagem, aparecem as necessidades e interesses individuais de cada morador, como observa-se nos textos “A Cidade” de Robert Park, no “Processo Civilizador” e “A Sociedade dos Indivíduos” de Norbert Elias e em “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda. Nos textos vê-se a contraposição entre o indivíduo e o coletivo.

“(…) a cidade está enraizada nos hábitos das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra (….) A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerente a esses costumes e transmitidos por essa tradição”.(Park, 1916, p.26/28)

Muitas das requalificações feitas nas cidades brasileiras ocorreram sem o envolvimento com o objeto a ser requalificado e seu entorno. O sistema político promoveu os projetos de requalificação atendendo à dimensão estética, com a reforma do patrimônio arquitetônico e urbanístico e sem um plano de reinserção do mesmo no âmbito das atividades urbanas atuais. Nestes casos, tornou-se evidente a dissociação entre a intenção de preservação da história e a memória aos moradores e os resultados da intervenção, pois por não ter criado laços com a população e o objeto, a requalificação acabou por não atingir seu objetivo. Essa impessoalidade faz com que os habitantes não reconheçam o edifício como patrimônio e assim não o utilizem.

“Acaba a essência e só fica a aparência. (...) Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem controlada”.(Park, 1916, p.29)

A função da urbanização e requalificação é a de educação e cultura, para que a população divida suas histórias com a cidade e o seu patrimônio. Sem este compromisso as requalificações que estão sendo feitas, contribuem para aprofundar a segregação existente.

O Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo (no início do Século XX) representou uma releitura da idéia de esfera pública. Segundo vários de seus representantes todo o solo existente dentro dos perímetros urbanos deveria ser de propriedade pública, sendo pertencentes à esfera privada apenas frações ideais destes terrenos correspondentes aos apartamentos particulares. Esta idéia foi pouco posta em prática, sendo considerada por diversos críticos como "ingenuamente utópica". Entre as cidades que adotaram este modelo destaca-se a capital do Brasil, Brasília.

Diversos teóricos, entre os quais destaca-se a norte-americana Jane Jacobs, criticaram as propostas modernas e sua aplicação na cidade real. Todo este conjunto de críticas gerou nas últimas décadas uma grande valorização da rua como o espaço público essencial às cidades.

As cidades do século XX foram marcadas, em sua grande maioria, pelo surgimento de novos espaços públicos. As ruas, calçadas e praças receberam uma nova conotação com a introdução dos calçadões de comércio. O caos que a vida moderna introduziu na cidade, como o maior acesso a automóveis particulares, fez com que as pessoas atravessassem a cidade sem observá-la. Os centros das grandes cidades e hoje das cidades médias acabaram sendo utilizadas como locais de passagem, sem apresentar um relacionamento mais estreito com sua população, seus edifícios, sua história e sua memória.

A falta de segurança é outro fator que fez com que muitas cidades tivessem seus centros abandonados, e fossem procurar o lazer e consumo em ambientes fechados, com climatização, seguranças particulares e câmeras de circuito interno, que vigiam todos os movimentos, como um grande “Reality Show”. Essas galerias fechadas, ou Shoppings Centers, excluem o entorno, já que criam uma vida irreal em suas dependências. A função das praças, das ruas e dos lagos, foi recriada de forma empobrecida dentro destes ambientes. A cidade acaba assim recebendo dentro destes ambientes, pontos de comércio elitizados que recebem fluxos de veículos que utilizam as ruas apenas como recurso.

Na semana do dia 16/12/06 o jornal “O Liberal” publicou matérias sobre essa insegurança na rua Carioba, neste período de Natal. Com o horário especial de fim de ano, as lojas estão permanecendo abertas até as 22horas, mas há uma semana as lojas da rua Carioba não se mantinham abertas após o horário normal devido ao medo sentido pelos comerciantes e consumidores, pela ação dos traficantes, usuários de drogas e da prostituição na área.

Após denúncia feita, além do policiamento, a ACIA (Associação Comercial e Industrial de Americana) em conjunto com a prefeitura municipal, guarda municipal e polícia militar, providenciou a distribuição de uma cartilha, orientando os consumidores sobre os cuidados com segurança no local.

Hoje em muitos lugares, o espaço público das praças e ruas, já não propicia o encontro, restringindo o convívio das pessoas ao interior de suas residências. Isso fica bem claro se analisarmos um edifício residencial, onde muitas vezes os moradores não se conhecem. Assim, acaba o elo da comunidade, que faz uma problemática criar redes de ação, para serem executadas e não apenas pensadas.

“Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesses mais amplos a seu redor”.(Jacobs, 2000, p.30)

As residências existentes no centro de Americana permitiam com que os moradores se conhecessem e compartilhassem as qualidades e os problemas da cidade. Hoje não se vê essa vida cotidiana de cordialidade entre vizinhos, a cidade acabou sendo apenas um cenário na vida de seus moradores, que não participam de seus problemas, passam pela cidade e seus patrimônios apressados para cumprir seu papel de trabalhador. A individualidade hoje se tornou mais prioritária que a sociabilidade.

“A través dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes (...) O que a princípio era simples expressão geográfica

converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. (...) A Vizinhança - Proximidade e contato entre vizinhos são a base para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina. Interesses e associações locais desenvolvem sentimento local e, sob um sistema que faz da residência a base da participação no governo, a vizinhança passa a ser a base do controle político. Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local”. (Jacobs, 2000, p.30/31)



Fonte: Arquivo Pessoal

**Praça Comendador Müller - 2006**

O espaço público é o lugar de convívio da coletividade e do diálogo entre os mais diversos segmentos da população de uma cidade. É o lugar de expressão das diferenças sociais. “Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando das manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições)”.(Caldeira, 2003)

Villaça explica a desigualdade social como “fruto das diferenças de acessibilidade a todos os pontos do espaço urbano. A segregação das classes dominantes é um mecanismo necessário para otimizar a apropriação, em proveito delas, das vantagens do espaço desigual”. “O espaço é intrinsecamente desigual”.(Villaça, 1998, p.335)



Ele apresenta também uma crítica ao sistema de discriminação criado pela burguesia, onde a indiferença gera uma banalização aos problemas de desigualdade social. Essa crítica pode ser observada no artigo da revista *Veja* de 21 de junho de 1995, intitulado “Filhos da Bolha” onde a classe responsável pela cidade selvagem se exime de culpa e repudia sua criatura isolando-a e observando-a através de vidros como se estivessem em um zoológico. “safáris”, partindo de condomínios na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. – “São ônibus lotados de crianças que partem para sua primeira grande aventura, um passeio pelo rio selvagem de Botafogo (...) excursões que oferecem a emoção da travessia da ponte Rio-Niterói (...) até uma passagem pela perigosa avenida Brasil, com direito a ver meninos de rua, conversar com mendigos e passar pela violenta Candelária”.<sup>1</sup> (Villaça, 1998, p.349)

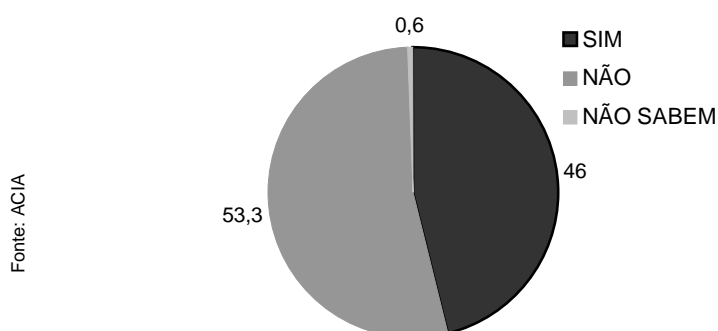
Em Americana, porém, o centro de comércio não cedeu lugar aos shoppings como espaços de convívio. O comércio de rua foi mais forte, mesmo sem receber incentivos e investimentos para a melhoria ou criação de novos espaços públicos, onde a própria população garantiu sua continuidade, o que se expressa na dinâmica do comércio popular vivo.



**Rua Vieira Bueno – Piso do novo convívio - 2006**

A ampliação feita no calçadão faz parte do projeto do Shop Centro, para transformar esse calçadão em um “shopping de rua”, assim seria adicionada a ele uma cobertura, que diminuiria a ação do tempo (sol e chuva) protegendo os usuários. O que foi rejeitado pela maioria da população, conforme pesquisa realizada pela ACIA, que se mostrou contrária ao projeto.

## Porcentagem da População Favorável à Cobertura do Calçada - 2002



A cidade de Americana não possui um shopping de grandes proporções, e o Shopping próximo utilizado pertence à Santa Bárbara D'Oeste, cidade conurbada com Americana.



**Calçada Comercial – Rua 30 de Julho - 2006**

O “marco zero” da cidade também encontra-se no calçada no largo que recebe o nome de Praça Basílio Rangel. Esse largo, localizado próximo a Estação Ferroviária, foi marco de grandes festividades, reuniões grevistas, e era lá, que até a década de 1950, se localizava a sede da antiga fazenda Machadinho, que loteou parte de suas terras para a formação da “Villa dos Americanos”, como era chamada a cidade no início do século passado.



**Praça Basílio Rangel e o Marco Zero da Cidade - 2006**

A CRUZ formada pelo Calçadão fixava em suas extremidades as principais referências históricas, culturais e arquitetônicas da cidade. A Matriz Nova e a primeira Igreja Católica (Santo Antônio) estão localizadas respectivamente a uma das extremidades do calçadão da 30 de Julho e a Matriz Velha a extremidade do calçadão da Fernando de Camargo, são parte da personalidade da cidade, identidade do povo local e garantia da humanização perante a imposição do concreto e vidro na paisagem urbana.

Em lados opostos aos templos, encontramos na outra extremidade da 30 de Julho a Estação Ferroviária, marco inicial da cidade, com sua imponente arquitetura industrial paulista, do início do século XIX e na extremidade da Fernando de Camargo aparece a praça Comendador Müller, onde localiza-se a biblioteca municipal com seu estilo eclético, e o Museu de Arte Contemporânea. Ambas as edificações cercadas pelo jardim da praça.

Este sítio urbano de grande significação, com pouco mais de 500 metros de calçadão é circundado por uma complexa rede viária e pelo intenso sistema de transportes coletivos e particulares, montando assim um cenário dramático, que foi subestimado na elaboração e execução do projeto original e em suas sucessivas intervenções.

Barreiras físicas cercam espaços públicos e privados: casas, prédios, parques, praças, complexos empresariais, áreas de comércio e escolas. À medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente.(Caldeira, 2003)

O calçadão, composto prioritariamente por edificações comerciais, que no período noturno estão fechadas, torna-se um local deserto em função da insegurança, dificultando a fruição.

Esse quadro permanece mesmo com a tentativa de instalação de uma câmera de segurança. Assim, a sensação de insegurança acaba afastando uma permanência mais constante de moradores neste centro e conseqüentemente de seus patrimônios e da memória de Americana. O mobiliário urbano atual do calçadão, sem uma adequada localização, possui luminárias, postes, telefones públicos, lixeiras, um hidrante, e uma câmera de fiscalização e acaba trazendo transtornos, para os usuários dificultando de fluxo de pedestres em horários de pico.

### **Considerações Finais**

O centro de Americana continua vivo e com um comércio popular forte, mas nem por isso deixou de passar por problemas de degradação dos patrimônios e conseqüentemente da memória coletiva dos usuários, de acessibilidade, infra-estrutura, segregação, com os meios de transportes. Todos, problemas de políticas públicas.

Com esse quadro, a prefeitura municipal criou a comissão de revitalização para discutir juntamente com os comerciantes e usuários da área central, os projetos formulados para criar atrativos e dessa forma manter o centro como um centro comercial forte. Muitas vezes os projetos de revitalização esbarram nos conflitos de interesses, e mesmo com a existência da comissão, em Americana não foi diferente.

Muito ainda deve ser feito, no sentido de que aja uma maior valorização do patrimônio, dos monumentos públicos, da paisagem urbana e da desigualdade social. Vêm-se nos projetos que alguns conceitos de requalificação estão sendo usados erroneamente. Isso pode ser visto no projeto executado na estação ferroviária, onde transformaram um edifício histórico que se encontrava abandonado, em uma secretaria de administração pública e centro cultural, que de um local de acesso livre passou a ser controlado. Este patrimônio exerce grande afetividade com os antigos usuários e moradores da cidade, através da memória individual e coletiva de um tempo histórico passado. Dar um novo uso e punir ou restringir o acesso não faz da requalificação um projeto de sucesso.

O Calçadão Comercial, por sua vez, em que pese os problemas acima levantados apresenta-se como um espaço público de referência do Centro de Americana. A sua criação e posterior incorporação à vivência urbana dos moradores e usuários da área central revela, de forma sintética, as questões presentes em ações de requalificação do espaço público e os conflitos de interesse dos agentes sociais envolvidos.

Dessa forma, a reabilitação do centro histórico vai depender de ações amplas e integradas que se situam além de simples reformas em edifícios históricos e melhorias nos espaços de uso

coletivo. O espaço público não vive sozinho, deve-se olhar para o seu entorno e enfrentar os problemas que causam essa degradação. Problemas que envolvem os usuários e as dinâmicas atuais do contexto urbano da área central da cidade.

## Referência Bibliográfica

- ARANTES, A. O Espaço da Diferença. São Paulo: Papirus, 2000  
\_\_\_\_\_. Produzindo o Passado. São Paulo: Brasiliense, 1984
- BRYAN, A. Americana, Sua História. Americana: s.n., 1967  
\_\_\_\_\_. AMERICANA: Edição Histórica. Americana: Foccus, 1975
- CALDEIRA, T. Cidade de Muros. São Paulo: Edusp, 2003
- CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001
- DEPART. DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O Direito à Memória; Patrimônio Histórico e Cidadania.  
São Paulo: DPH, 1992
- ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- HOLANDA, S. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997
- JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- KÜHL, B. Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo. São Paulo: Ateliê, 1998
- LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991
- LEPETIT, B. Por uma nova História Urbana. São Paulo: EDUSP, 2002
- MORELLI, D. Americana em um Século. São Paulo: FAUUSP, 1999
- OLIVIERI, F.(org.). Preservando Nossa História. Americana: s.n., 1999
- PARK, R. A Cidade. in VELHO, O. (org). “O Fenômeno Urbano”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- RAGO, M. (org.). Narrar o Passado, Repensar a História. São Paulo: Unicamp, 2000
- REIS FILHO, N. São Paulo e Outras Cidades: Produção Social e Degradação dos Espaços Urbanos.  
São Paulo: HUCITEC, 1994
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996  
\_\_\_\_\_. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987
- SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. in VELHO, O. (org). “O Fenômeno Urbano”. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- VILLAÇA, F. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998

---

i Revista Veja – Filhos da Bolha; 1995 – Citado na obra de Flávio Villaça – p.349.